

## **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA - NR 302/2025**

**Autoria: EXECUTIVO**

SANTA HELENA DE GOIÁS, GO, 19 de Dezembro de 2025

Desafeta área institucional que especifica e autoriza sua doação ao Rotary Club de Santa Helena de Goiás, e dá outras providências.

**A Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica desafetada da categoria de bem de uso especial (área institucional), passando a integrar o patrimônio dominical do Município de Santa Helena de Goiás, a área pública de propriedade municipal, com área total de 1.500,00 m<sup>2</sup> (um mil e quinhentos metros quadrados), situada na Avenida Senhor Quitito, Rua Hélio Ferreira de Sena e Rua Orcino do Carmo Arantes, Área Institucional 01, Bairro Residencial Boulevard, conforme Memorial Descritivo constante do Anexo I, parte integrante desta Lei.

**Art. 2º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Rotary Club de Santa Helena de Goiás, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 01.126.499/0001-40, a área descrita no art. 1º desta Lei, destinada à construção de sede social e à implementação de projetos sociais, educativos, culturais e comunitários de interesse público.

**Art. 3º** A doação prevista nesta Lei será formalizada por meio de escritura pública, contendo cláusulas de finalidade, reversão, prazos de início e conclusão das obras, proibições de alienação e de oneração, nos termos da legislação pertinente e conforme condições mínimas abaixo:

- I** – utilização obrigatória do imóvel exclusivamente para as finalidades previstas no art. 2º;
- II** – início das obras no prazo de até 12 (doze) meses após a lavratura da escritura;
- III** – conclusão mínima das edificações no prazo de até 36 (trinta e seis) meses após o início das obras;
- IV** – vedação de venda, cessão, locação, comodato, doação ou transferência do imóvel sem autorização legislativa;
- V** – cláusula de reversão automática ao patrimônio municipal em caso de descumprimento dos prazos ou desvio de finalidade;
- VI** – ausência de direito a indenização ou retenção por benfeitorias, salvo as necessárias.

**§ 1º** Na hipótese de reversão, o Município retomará a posse plena do imóvel, tornando-se ineficazes quaisquer direitos constituídos pela donatária.

**§ 2º** A donatária permitirá fiscalização do Município quanto ao cumprimento das obrigações assumidas.

**Art. 4º** O valor do imóvel será apurado por laudo de avaliação elaborado por profissional habilitado, juntado ao processo administrativo.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da lavratura e registro da escritura correrão por conta da entidade donatária.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas técnicas, jurídicas e administrativas necessárias à execução desta Lei.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SANTA HELENA DE GOIÁS, 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

**IRIS MARTINS PARREIRA**  
PREFEITO MUNICIPAL

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade desafetar área institucional localizada no Bairro Residencial Boulevard e autorizar sua doação ao Rotary Club de Santa Helena de Goiás, entidade filantrópica de reconhecida e tradicional atuação no Município.

O Rotary Club, inscrito no CNPJ nº 01.126.499/0001-40, é organização civil sem fins lucrativos fundada em 1984, regularmente constituída e representada, tendo como Presidente para o Ano Rotário 2025/2026 o senhor Dirceu Luiz Marçal, conforme documentos oficiais:

- QSA da Receita Federal
- CNPJ - Quadro Societário
- Ata de Posse da Diretoria 2025/2026
- Ficha da Diretoria 2025-2026

A entidade desenvolve há décadas relevantes ações sociais, tais como projetos humanitários, campanhas de saúde, programas educativos, apoio à juventude, assistência comunitária, além de ações permanentes que complementam políticas públicas municipais.

A doação tem por objetivo permitir a mudança da sede do Rotary para um local adequado, com condições apropriadas para:

- reuniões de planejamento
- organização de campanhas sociais
- execução de projetos assistenciais e educativos
- atividades filantrópicas em geral
- atendimento comunitário

A área destinada não se encontra vinculada a equipamento público essencial, e sua desafetação não prejudica o ordenamento urbano municipal.

Além disso, a utilização do imóvel servirá exclusivamente ao interesse público, fortalecendo as ações sociais da entidade, que há décadas presta relevantes serviços à população de Santa Helena de Goiás.

Assim, trata-se de medida legal, adequada, oportuna e vantajosa ao interesse público, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei.

GABINETE DO PREFEITO DE SANTA HELENA DE GOIÁS, 13 DE NOVEMBRO DE 2025.

**IRIS MARTINS PARREIRA**  
PREFEITO MUNICIPAL